

CEDI - P. I. B.
DATA 17 / 06 / 87
COD. RKD 15

RELATORIO SOBRE AS AREAS INDIGENAS
RIKBAK TSA-JAPUIRA E ESCONDIDO.

Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

São Paulo, 6 de maio de 1987.

INDICE

	pág.
- Introdução	3
- I. Area Indígena do Japuira	4
1.1. O Problema da Terra: Antecedentes	4
1.2. Situação Atual: Problemas na Demarcação	5
1.3. Ocupação Atual	7
1.4. A Vistoria e a Proposta de Redução da Area ..	7
1.5. Atividades Económicas e Situação Geral da Area	9
1.6. Necessidades da Area	9
- II. Area Indígena do Escondido	10
1.1. Localização, Primeiros Contatos e Ocupação	10
1.2. A Ocupação da Area	12
1.3. Necessidades da Area	14
- III. Considerações Gerais Sobre a Situação Rikbaktsa	14
1.1. Saúde	14
1.2. Vias de Trânsito e Transporte Dentro da Area	16
1.3. Recomendações Gerais Sobre a Situação do Povo Rikbaktsa e Necessidades da Reserva Indígena Rikbaktsa	17
- IV. Fontes Bibliográficas	18

RELATORIO SOBRE AS AREAS INDIGENAS RIKBAK TSA-JAPUIRA E ESCONDIDO.

INTRODUÇÃO

O presente relatório versa sobre a pesquisa de campo realizada durante os meses de janeiro e fevereiro de 1987 no território Rikbaktsa, na bacia do rio Juruena, ao norte do Estado de Mato Grosso. Esse território é constituído pela Reserva Indígena Rikbaktsa, área de 79.934 ha. compreendida entre o rio do Sangue e o rio Juruena, acima do paralelo 11 (decreto 63.368 de 8/10/68), no município de Diamantino; pela Área Indígena Rikbaktsa-Japuíra, com 148.450 ha., entre o rio Arinos e o rio Juruena, no município de São José do Rio Claro (decreto 92.011 de 28/11/85 e pela Área indígena do Escondido, sem providências legais até agora, na margem esquerda do rio Juruena entre o córrego do Cristóvão e o córrego Santarém, no município de Aripuanã. Inclui, além disso, dados recolhidos na Superintendência da Funai, na Casa de Trânsito e na Operação Anchieta (OPAN) em Cuiabá.

O relatório enfocará inicialmente a situação da área indígena do Japuíra, dando conta da ocupação atual, das invasões que se processam no limite sul e das necessidades gerais da área. Na segunda parte será descrita a situação da área indígena do Escondido, destacando a imemoriabilidade da presença Rikbaktsa, a atualidade da ocupação de um grupo de índios Apíacás, a presença de um grupo de índios isolados, finalizando com recomendações para a regularização da área. A última parte do relatório apresentará informações complementares aos relatórios anteriores sobre o povo Rikbaktsa: Relatório III, vol. II, MINTER/SUDECO/FIPE, Jun/Dez 1983, Relatório Antropológico sobre o grupo indígena Rikbaktsa-Proposta de Definição da área Indígena do Japuíra e da área Indígena do Escondido-FUNAI/jul. 1985; Relatório de Avaliação das áreas Indígenas Iranche, Utiariti, Tirecatinga e Rikbaktsa - MINTER/SUDECO/FIPE, dez. 1985 e Relatório sobre a situação das áreas Indígenas Rikbaktsa, Kayabi, Apíacá e Enauenê-Nauê - MINTER/SUDECO/FIPE, jul. 1986.

Ao final de cada uma das partes do relatório (I. Área Indígena do Japuíra. II. Área Indígena do Escondido. III. Considerações Gerais Sobre a Situação Rikbaktsa.) há uma síntese das necessidades da área descrita e das recomendações que julgamos pertinentes.

I. AREA INDIGENA DO JAPUIRA.

1.1. O Problema da Terra: Antecedentes.

Essa área constitui o centro do território imemorial deste povo, como pode ser visualizado no mapa (anexo 1). Local de nascimento e moradia de grande parte da população remanescente da época dos primeiros contatos com os "brancos", reveste-se de fundamental importância econômica e simbólica para os Rikbaktsa.

Foi palco importante da luta de resistência contra a invasão dos seringueiros na década de 50, sede de dois postos da Missão Anchieta (o posto Santa Rosa no rio Arinos e o posto do Japuíra na margem direita do rio Juruena), além de ter concentrado de 1962 a 1973 os remanescentes das epidemias que dizimaram cerca de 70% da população durante e logo após o estabelecimento dos contatos "pacíficos". Os sobreviventes dos vários sub-grupos Rikbaktsa contatados entre 1956 e 1973, desde a foz do rio do Sangue até o córrego Santarém, foram sendo transferidos gradativamente pela Missão Anchieta para a área do Japuíra. Dizimados e enfraquecidos, os sobreviventes foram sendo num primeiro passo concentrados nessa área e, a partir de 1972, levados para a reserva decretada em 1968, constituída no triângulo compreendido entre o rio do Sangue e o rio Juruena, onde a MIA tinha sua sede mais aparelhada e um atendimento de saúde mais eficaz.

Desde 1961 (decreto presidencial 51.027 de 25/07/61) a área do Japuíra é parte da Reserva Florestal do Juruena, e os índios, apesar de lá não manterem aldeamentos permanentes desde 1973, continuaram a utilizá-la, assim como a área do Escondido, como importante fonte alimentar (caça, pesca, coleta), de matérias primas (para a confecção de enfeites rituais, para o fabrico de medicamentos tradicionais, etc.) e, na última década, como área de extração de seringa, sua fonte mais importante de renda monetária.

Depois de enfrentar com sucesso tres tentativas de invasão ocorridas na área da reserva demarcada em 68 (vide relatório anterior), vendo a ocupação predatória das áreas contíguas se adensar e constatando que a Reserva Florestal/território tradicional e atual de ocupação Rikbaktsa não era respeitado, passaram a reivindicar seu reconhecimento oficial como área indígena.

Para isso pressionaram a Funai pelo menos desde 1978, conforme consta em seus arquivos. Sem respostas práticas do órgão, iniciaram em 1984 a ocupação definitiva do Japuíra implantando algumas roças e ampliando a extração de seringa na parte sul, a partir do rio do Sangue.

Em 1985 tomaram posse da área retirando os únicos ocupantes não índios, 8 pessoas (2 "vigias" armados e 6 peões em trabalho semi-escravo), localizados na sede e no retiro da Fazenda São Marcos,

pouco depois de feita a identificação da área pelo Grupo de Trabalho da Funai.

Enquanto a proposta de definição da área tramitava em Brasília, os índios foram atacados e expulsos do Japuíra na vergonhosa "Operação Juruena" (vide artigo no anexo 2). A luta se transferiu para Brasília, onde uma comissão de 12 líderes Rikbaktsa passou 4 meses batalhando seus direitos nos corredores dos ministérios. Por fim, a 28/10/85 foi assinado o Decreto Presidencial 92.011 criando a área Indígena Rikbaktsa-Japuíra.

A pedido do fazendeiro Luiz Tavares adiaram por um mês sua volta à área. Dentro desse prazo foram surpreendidos com a suspensão provisória do decreto: um grupo de fazendeiros havia entrado com um Mandato de Segurança, obtendo liminar favorável a 20/12/85, expedida pelo Ministro Cordeiro Guerra do Supremo Tribunal Federal. O julgamento definitivo só ocorreu 8 meses depois, a 20/08/86, sendo favorável aos índios.

Depois de novo prazo para a desocupação da área, esta foi oficialmente entregue aos Rikbaktsa no dia 04/10/86, pela equipe da Funai encarregada da demarcação, na presença de representantes da M.I.A. e de um membro da equipe de avaliação do Polonoroeste. Já haviam iniciado as pesadas chuvas da estação. Não dava mais tempo para fazer roças ou mesmo levantar casas mais permanentes. Mesmo assim, várias famílias mudaram-se para lá no mesmo mês.

1.2. Situação Atual: Problemas na Demarcação.

A área é relativamente fácil para ser demarcada. Quase toda sua extensão é ladeada pelos grandes rios Juruena, Arinos e Sangue, formando um triângulo, cuja base é definida pelo córrego Sujo ou Marcolino que deságua no rio do Sangue e pelo córrego Sararé que deságua no rio Arinos. A distância aproximada entre as cabeceiras dos dois córregos é de cerca de 2 kms. A demarcação portanto se resumirá na abertura de duas picadas acompanhando os córregos e um picadão unindo suas cabeceiras.

Uma equipe da Funai tentou essa realização em novembro de 1986, com a estação das águas já iniciada, encontrando dificuldades para a abertura das picadas em função das constantes chuvas, não conseguindo realizar a demarcação.

Porém, o que na verdade parece ter inviabilizado os trabalhos foi o fato de terem encontrado (depois de cerca de 18 kms. de picada aberta, nas proximidades das cabeceiras dos córregos) um pasto formado e uma estrada, levando a uma casa-sede de fazenda. Lá pernoitaram e, segundo informações prestadas pelo administrador Valter, havia 300 ha. de pasto, 400 reses, a casa-sede e uma estrada de cerca de 10 km. dentro da área indígena. Afirmou também que o proprietário já tinha conhecimento do decreto, mas queria adiar a demarcação pelo prazo de um ano (sic) para poder sair sem prejuízo, retirando paulatinamente suas posses.

Dissuadidos de continuar a demarcação até que se resolvesse o

impasse, alegando problemas técnicos (dúvida se estariam seguindo o córrego certo ou se teriam acompanhado outro, como afirmou ainda o administrador da fazenda), e contrariando a disposição dos índios em finalizar o trabalho, a equipe se retirou da área prometendo voltar na estação seca, quando as condições seriam mais favoráveis e a Funai já teria resolvido o problema com os limites da fazenda.

E bom frizar que:

- na ocasião em que foi feita a identificação da área (GT constituído pela portaria da Funai n.1859/E de 18/04/85) e segundo consta do Relatório de Viagem (Processo Funai BSB 1787/80,pgs. 6 e 7, no anexo 3) assinado pelos representantes do INCRA, INTERMAT, MIA, FUNAI e consultoria do POLONOROESTE, a presença de não índios no limite sul já havia sido assinalada (pags. 6 e 7). Naquela ocasião, maio de 1985, observou-se a existência de 3 derrubadas na margem esquerda do córrego Sararé, bem próximo à cabeceira; duas delas com pasto formado mas sem a presença de animais e apenas uma com uma casa de madeira. Tudo evidenciava uma ocupação ainda em seu início.

- Essas terras pertenciam a Antonio José Rossi Junqueira Vilela e esposa, tendo sido compradas posteriormente por Benedito Carlos Mano e outros (escritura de compra e venda de 25/06/85, no anexo 4).

- O Sr. Benedito Carlos Mano, junto com outras pessoas com títulos de propriedade incidindo sobre a área indígena, logo após o decreto de sua criação, entraram com mandato de segurança no S.T.F., conseguindo liminar favorável mas perdendo a causa no julgamento final, como já foi mencionado anteriormente.

- Apesar disso parecem tentar ampliar a ocupação indevida do limite sul da área, tendo obstaculizado ilegalmente os trabalhos de demarcação.

Segundo informação da Procuradoria Jurídica da Funai em Brasília, posteriormente ao impedimento dos trabalhos de demarcação, (não se sabia quem eram os autores, se "o Sr. Benedito Carlos Mano e outros" ou um novo grupo de fazendeiros), entraram com uma ação (denominada Ad Perpetuum Rei Memoriam) na justiça, alegando que os índios não estavam ocupando a totalidade da área indígena. Como decorrência a Funai deveria aguardar uma vistoria oficial na área e só depois poderia prosseguir com os trabalhos demarcatórios e/ou o adensamento da ocupação indígena.

A alegação carece de seriedade. Os índios haviam tomado posse da área dois meses antes e ainda na estação das chuvas, sem o preparo anterior de roças ou aldeias que permitissem a vinda imediata de um número maior de pessoas.

1.3. Ocupação Atual.

Levando-se em conta esses fatores a ocupação indígena se processa rapidamente. Em janeiro de 1987 constatei a presença de vinte (20) famílias já estabelecidas no Japuira. Duas ocupando a casa

da sede da faz. S.Marcos, quatro no retiro da fazenda, onde já haviam construído uma maloca e começavam a levantar outra. Cinco famílias perto da barra do rio Vermelho, aproveitando a roça feita em 1985, levantando malocas novas. Cinco famílias no rio do Sangue, entre a barra e a foz do córrego Marcolino, com maloca nova já coberta e mais quatro famílias quase na foz do córrego Marcolino. Previa-se além dessas a vinda de mais 14 famílias para a área do Japuira no mes de abril.

Além disso, independentemente da extensão da ocupação indígena num certo momento, deve-se levar em conta que sua forma de povoamento, definida culturalmente, difere da maneira em que este ocorre na sociedade nacional. Seu ciclo de subsistência baseado no aproveitamento dos recursos naturais (caça e coleta ocorrendo nos lugares e épocas do ano mais adequados) e em roças rotativas, implica no uso de todo o território em ciclos sazonais e, em se tratando de aldeamentos fixos, em ciclos geracionais.

As invasões da área se restringem ao limite sul. Entretanto, duas grandes ilhas do rio Juruena situadas antes da embocadura do rio Arinos estão ocupadas por regionais (dois irmãos), com roças de subsistência, exploração de borracha e pesca com armadilhas. O mesmo ocorre com a ilha grande no rio Arinos, próxima à confluência com o rio Juruena. Estas posses estavam sendo contestadas pelo fazendeiro Luis Tavares, antes que este tivesse perdido seu direito sobre a área. O relacionamento com os índios é pacífico por hora, mas o incremento da pesca comercial no Juruena e no Arinos tende a degenerar em relações conflituosas num futuro próximo, já que os índios entendem que as ilhas fazem parte da reserva e, por outro lado, se vem prejudicados pela diminuição do pescado, já pouco abundante nesses rios.

1.4. A Vistoria e a Proposta de Redução da área.

A esperada vistoria foi realizada de modo tecnicamente incompetente, como se verá a seguir.

No dia 22/03/87 o Sr. Miguel Vicente Foti acompanhado do Sr. Pinoti e de um "funcionário do Planalto" que evitou identificar-se, chegou a Fontanillas, lugarejo da margem esquerda do rio Juruena, defronte à reserva indígena Rikbaktsa. Encontrando alguns índios apresentou-se como "antropólogo independente", a serviço dos fazendeiros e do MINTER, propondo uma reunião com as lideranças tribais. A reunião se realizou na manhã de 23/03/87 na aldeia da Curva, onde o Sr. Miguel tentou extrair dos índios a concordância para a redução da área do Japuira, sob a ameaça de que sua teimosia poderia acarretar riscos para a área toda (vide no anexo 6 o relato do encontro em ata redigida pelo representante da MIA).

Segundo declaração do próprio Sr. Miguel, ele apenas sobrevoou a área em questão e "viu alguma coisa", informando-se das pretendidas benfeitorias com os fazendeiros em Juara. Seu conhecimento antropológico do grupo parece ser nulo já que a

"pesquisa de campo" se resumiu a uma reunião de cerca de 3 horas. Provavelmente por força desse desconhecimento o "laudo antropológico" seja tão falho, indicando outrossim que também não teve contato suficiente com a literatura antropológica já existente sobre esse grupo tribal.

Em primeiro lugar, o Sr. Miguel afirma que a área em questão (ao longo dos córregos Marcolino e Sararé) não é área de perambulação dos índios (pg. 2 de seu relatório, anexo 7): "afirmam os índios que ali não vão para não provocar atrito com o pessoal das fazendas". Na verdade os índios, que no momento contam com tres aldeamentos e algumas colocações de seringa entre a barra do rio do Sangue e o córrego Marcolino, em virtude dos conflitos já ocorridos nos dois últimos anos, evitavam se aproximar da área invadida pelas fazendas até que a justiça lhes desse ganho de causa (o que já ocorreu) e a FUNAI desintrusasse a área (o que falta ser feito). Afirma também, parece que sem conhecimento de causa, que as referidas benfeitorias (listadas no final de seu relatório) estão implantadas há pelo menos 5 anos. Isso é contestado pelos índios, conhecedores da região e observadores rotineiros da crescente invasão. Diverge também da observação do GT de identificação da área, cujo trabalho ele elogia em seu "laudo". Finalmente, no tocante ao montante das benfeitorias, difere da declaração prestada aos técnicos da equipe de demarcação da FUNAI pelo gerente de uma das fazendas, a do Sr. Benedito Carlos Mano.

Parece desconhecer também a região que descreve, mormente sua hidrografia, pois afirma que: "os córregos secam por volta de agosto-setembro e nas cheias suas cabeceiras se perdem numa multidão de filamentos difíceis de se localizar". Na cheia é realmente difícil, mas não impossível a localização dos córregos que limitam a área. Entretanto, na seca os córregos Marcolino e Sararé (de porte médio) não secam. Na densa mata que recobre a região são os únicos limites seguros, porque permanentes e visíveis.

Afirma incorretamente que os problemas que cita não foram observados na ocasião da delimitação. Porém, todos os problemas mencionados, e outros ainda, foram debatidos e avaliados minuciosamente no Grupo de Trabalho Interministerial, além de terem sido objeto de análise e julgamento do Supremo Tribunal Federal.

Concluindo, é importante salientar mais uma vez que o "laudo antropológico" em questão carece de credibilidade por suas deficiências (só algumas delas apontadas) técnicas e científicas. No anexo 8 segue uma apreciação jurídica do mesmo.

Para finalizar, é fundamental que o órgão tutor tome o mais rápido possível as providências legais e práticas para desintrusar a área e realizar a demarcação, sem se deixar intimidar ou retardar pelas pressões e manobras que continuam a ser desenvolvidas para impedir que cumpra seu papel. Verbas do Polonoroeste já foram gastas inutilmente em 1986 sem que a

demarcação se efetivasse. Para o exercício de 1987 estão previstas mais verbas para esse fim.

1.5. Atividades Econômicas e Situação Geral da Area.

As famílias já sediadas no Japuira tem se dedicado à caça, coleta, abertura de novas estradas de seringa, recuperação das antigas e construção de malocas. As chuvas da temporada contudo tem dificultado todas essas tarefas que, geralmente, costumam ser realizadas com maior intensidade na estação seca, ocasião em, em 1985, foram expulsos da área pela polícia militar e em 1986 ficaram impedidos de lá entrar.

O grosso de sua alimentação tem sido fornecido pelos parentes que ficaram nos aldeamentos da reserva antiga e parte tem sido comprado com o dinheiro ganho na comercialização da borracha. Mesmo fora da época apropriada, os Rikbaktsa do Japuira extraíram e comercializaram cerca de 400 kgs./mes de borracha de outubro de 1986 a janeiro de 1987.

A preocupação cotidiana tem sido com a ocupação e manutenção do território continuamente ameaçado. Para isso tem enfrentado grandes dificuldades já que não houve possibilidades de preparo de roças e casas de antemão, como já foi mencionado.

É uma região mais isolada, dependente de transporte fluvial e muito combustível para o contato regular tanto com os aldeamentos da reserva antiga quanto com as cidades e vilas mais próximas. Partindo-se da ex-sede da fazenda S.Marcos (Aldeia Japuira) pode-se alcançar a vila do empreendimento Juruena, a jusante, com cerca de uma hora e meia de voadeira. Seria o local mais próximo para compra de víveres e/ou para socorro em caso de doença. No entanto lá são ameaçados de represálias por ex-empregados dos fazendeiros, o que tem desaconselhado qualquer visita. A montante o povoado mais próximo é Fontanillas, cerca de quatro horas de voadeira.

Boa parte da renda monetária auferida com a comercialização da borracha e do artesanato tem sido gasta com as necessidades de transporte. Possivelmente nos próximos anos a situação tenderá a se normalizar com o estabelecimento mais estruturado das várias aldeias, hoje em formação, com roças permanentes e mais extensas, com uma produção de borracha maior e com o aproveitamento dos pastos já existentes para a criação de gado para leite e para corte, promovendo uma maior auto-suficiência.

1.6. NECESSIDADES DA ÁREA.

Por ordem de prioridade:

- 1- Terra :desintrusão, demarcação urgente no terreno e homologação no Serviço de Patrimônio da União.

2- Saúde: visitas regulares da E.V.S., cota de medicamentos, compra de 2 voadeiras com motor de pópa para possibilitar transporte de doentes, borracha, castanha, etc.

3- Apoio às atividades econômicas: 50 cabeças de gado (10 leiteiras), 2 reprodutores, 2 cavalos com arreios completos, 2 burros para auxiliar no transporte de borracha, com arreios e sacolas para carga, copos de seringa, facas e limas. Construção de curral e levantamento de cercas. Equipamento veterinário. A Missão Anchieta dará o apoio técnico para a pecuária, deslocando o Ir. Fernandes, boiadeiro experimentado para acompanhar o trabalho com o gado. Existem também vários índios com experiência de trabalho com gado.

4-Geral: conjunto gerador, duas moto-serras com mandril e brocas, mudas para ampliação dos pomares existentes e formação de outros nos novos aldeamentos.

II. AREA INDIGENA DO ESCONDIDO.

1.1. Localização, Primeiros Contatos e Ocupação.

Area de 275.100 ha. localizada no Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso. Situa-se na bacia do Rio Juruena, no seu baixo curso, ao sul do paralelo 10. Na proposta de definição da área feita pelo GT da FUNAI que fez a identificação ela é descrita como

"Toda a região identificada a partir da barra do córrego do Cristóvão, seguindo por este até a sua cabeceira, pela margem esquerda. Continuam seus limites por uma linha seca da cabeceira do córrego do Cristóvão até a cabeceira do córrego do Dico, desta até a cabeceira do córrego do Escondido, desta até a cabeceira do córrego Santarém. Segue por este, na sua margem direita, até sua barra com o rio Juruena. Em seguida, continua pela margem esquerda do rio Juruena, a montante, até chegar ao ponto inicial, a barra do córrego Cristóvão. Além disso, deve ser garantida a posse e o usufruto de todas as ilhas situadas neste trecho do rio Juruena."

Praticamente desconhecida até meados deste século, a região começa a ser explorada por seringueiros nos anos 50. No caso da área do Escondido, a empresa Conomali (fundadora da cidade de Porto dos Gaúchos em 1957) expande sua penetração pela bacia do Juruena, estabelecendo colocações até a foz do córrego Cristóvão.

Sob a auto-denominação geral Rikbaktsa, espalhavam-se na bacia do

Juruena vários grupos politicamente autônomos entre si, com relações de aliança via casamentos/festas e relações conflituosas que por vezes explodiam em lutas entre os grupos do Escondido, do Arinos e do Sangue.

Inicialmente aproximaram-se dos seringueiros movidos pela curiosidade e cobiça por seus objetos de metal. O medo, a reação violenta dos "brancos" e a penetração crescente nas matas provocaram a reação guerreira com o objetivo de expulsar os seringueiros e preservar o território. Entretanto, a autonomia política dos vários sub-grupos Rikbaktsa e a reação diferenciada dos seringueiros permitiu aproximações diversas. Grupos localizados no Escondido estabeleceram relações pacíficas com alguns seringueiros, "saíndo do mato" e morando ao redor das colocações do "Paraíba doido" e do "Manuel Cuiabano", entre outros, por volta do final dos anos 50, enquanto se processavam as expedições pacificadoras do Pe. João mais ao sul, no restante do território Rikbaktsa.

Em 1960 o pastor luterano Friedrich Richter, auxiliado pelo sertanista Fritz Tolkendorf (que também participara das expedições pacificadoras dos Kayabi e dos Rikbaktsa junto com o Pe. João Dornstaudter) montou um posto de atração e catequese na margem esquerda do córrego do Escondido, aldeando as famílias já em contato permanente com os seringueiros.

Em 1962 chegam na área do Escondido algumas famílias de índios Apiacás, vindas de canoa do Pará, expulsas de suas terras pela invasão de garimpeiros e que lá se fixaram desde então.

A partir de 1962 estabelecem-se também na região os linguistas do S.I.L., onde atuam até 1974. O Posto Escondido foi passado para a FUNAI em 1968 e para a Missão Anchieta em 1969.

"E nesse contexto que, a partir da criação da reserva em 1968" (entre o rio do Sangue e o rio Juruena) "a Missão Anchieta volta seus esforços para a atração e transferência dos índios para dentro da reserva. Com autoridade concedida pela FUNAI, em 1968 a M.I.A. interdita temporariamente a área do Japuira e do Escondido, com o objetivo de atrair os arredios, transferindo num primeiro passo os do Escondido para o Japuira e em seguida todos eles para dentro da reserva.

Depopulados, pressionados pela ocupação crescente da região, doentes e atraídos pela assistência prestada pela Missão na área da reserva, mesmo assim os índios relutaram em abandonar suas aldeias, só o fazendo gradativamente e a contragosto. Esse processo se prolongou até 1974, quando o último grupo foi trazido para dentro da reserva." (Arruda, Rinaldo. Relatório Antropológico sobre o Grupo Indígena Rikbaktsa.FUNAI, 1985).

Por terem sido os grupos de contato mais gradativo e tardio,

apesar de perecerem em grande número sob as frequentes epidemias, os nativos da região do Escondido são os que mais sobreviventes deixaram.

Transferidos contra a vontade nunca abandonaram totalmente essa área, por eles explorada anualmente nos meses da seca, fornecendo parte considerável dos produtos necessários à sua subsistência. É o único local onde encontram a taquara adequada para fazer pontas de flecha; a madeira especialmente resistente para os arcos; o gavião real e o mutum carijó, particularmente importantes para a confecção enfeites usados nos rituais; certas ervas medicinais largamente empregadas entre eles e inúmeras outras espécies animais e vegetais .

Assim é, que todos os anos nos meses de maio a agosto, feitas as derrubadas, grupos grandes de mais de 50 pessoas, na companhia das mulheres e crianças, descem o Juruenã passando pela região do Japuíra e alcançando o Escondido. Caçam, pescam, coletam piqui, manga do mato, jatobazinho, patuá, cacau, côco de babaçu, castanha, mel de várias espécies de abelhas, ovos de tracajá, etc., retornando a tempo para a queimada, coivara e plantio de roças.

Em meados da década de 70 o falecido cacique Radiokobi insistiu em voltar a construir aldeia no Escondido, sendo novamente dissuadido pela M.I.A. em função das dificuldades em manter um posto de atendimento na região.

Em 1985, no contexto da luta pelo reconhecimento de seu território, ao mesmo tempo em que tomavam posse da área do Japuíra tentaram iniciar a ocupação permanente do Escondido, abrindo uma roça grande próximo à foz do córrego do Dico e à colocação de Severino Apiacá. Além disso, fizeram placas que declaravam a área como território indígena, afixando-as na barra de todos os córregos.

1.2. A Ocupação da Área.

Na época do estabelecimento do Posto do Escondido a ocupação da área restringia-se à presença imemorial dos Rikbaktsa e a algumas colocações de seringa, nas proximidades do córrego Cristóvão, logo abandonadas pela empresa Conomali. Ficaram os Apiacá e os Rikbaktsa. Com a transferência dos últimos restaram os Apiacá ocupando de modo permanente a barra dos córregos do Dico, do Escondido e Santarém. Os Rikbaktsa mantiveram a ocupação sazonal, não se registrando a presença de não índios em toda a área. De 1975 em diante há também notícias da presença de índios desconhecidos.

Nos últimos anos a Missão Anchieta realizou duas expedições por terra à sua procura, encontrando vestígios evidentes de sua

passagem e existência (trilhas cortadas à maneira índia, utensílios domésticos, etc.), mas nenhum aldeamento. Há alguma possibilidade de que sejam remanescentes dos Rikbaktsa, que se mantiveram arredios, tendo fugido das epidemias e sobrevivido na mata. Por outro lado, os Apiacá dizem que estes índios vem todos os anos, só na estação seca, da direção do córrego Morirú, onde supõe se localizarem seus aldeamentos. Costumam chegar na área passando a meia altura do córrego Santarém, atravessando o córrego do Escondido e o do Dico até alcançarem o córrego Cristóvão. Voltam antes do início das chuvas pelo caminho inverso, em direção ao córrego Morirú. Coincidentemente há notícias que se avolumam sobre a presença de índios desconhecidos no córrego Morirú, podendo ser esta a hipótese mais provável.

Além dos habitantes indígenas permanentes e ocasionais a área é totalmente desocupada, não existindo ocupação de não-índios em seu interior.

Ao norte da área existe o garimpo Juruena (extração de ouro), anteriormente chamado Arquimedes. Ao sul, a sede da Cotriguaçu e o porto do empreendimento Juruena, vilarejo distante cerca de 18 kms. terra adentro. A movimentação na região, além dos índios e poucos moradores ribeirinhos só ocorre entre esses dois pontos, os viajantes por vezes acampando para pernoite no porto da maloca do Dico.

Em 1984 quatro garimpeiros penetraram na área seguindo o córrego Santarém procurando ouro. Apoiados por um avião que lhes jogava mantimentos de quando em quando, ficaram 2 anos no mato. Saíram só tres em 1986 (o quarto teria morrido de malária), dizendo nada terem encontrado, mas pretendendo voltar a pesquisar em 1987.

A empresa Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã Ltda. (que teve seu pedido de certidão negativa da presença de índios na área negada pela Funai em 1984) detém o título de propriedade de 1.600.000 ha. de terra, dentro dos quais se localiza o garimpo Juruena (que lhe paga renda) e a Área Indígena do Escondido (vide mapa anexo). Segundo os regionais há também disputa de limites entre a Cotriguaçu e a propriedade do ex-governador de Mato Grosso, Júlio Campos.

As empresas com interesses na região fazem uso de milícias particulares, uniformizadas como policiais, para patrulhar o rio e reafirmar a posse das terras, mesmo as jamais utilizadas como a do Escondido.

Em julho de 1985, logo após a fixação das placas indígenas, a milícia da Cotriguaçu colocou placas da empresa nos mesmos locais. Como o processo de definição da área foi "esquecido" em Brasília, a "turma da segurança" voltou em 1986 e, comandada por um diretor da empresa, Sr. Uchôa, arrancaram as placas dos índios. Duas delas, localizadas muito alto nas árvores ribeirinhas foram arrancadas a tiro, no que se gastou muita munição, de vários calibres, segundo informação dos regionais.

Os Rikbaktsa, ameaçados pelas "patrulhas do rio", tem evitado se aproximar da área nos últimos dois anos, à espera do andamento do processo para o reconhecimento oficial de seus direitos. Porém, já começam a planejar a ocupação do território por conta própria, dada à imobilidade do processo nos órgãos competentes.

Os Apiacás, por sua vez, sofrem pressões para se retirarem da área, encontrando-se sem nenhuma garantia de poder continuar na terra que ocupam há 25 anos com a concordância e apoio dos Rikbaktsa.

Resumindo:

- A área do Escondido é habitat imemorial dos Rikbaktsa que a ocupavam antes e depois da decretação da reserva antiga (1968), sendo utilizada produtivamente até hoje.
- É habitada por tres famílias de índios Apiacá desde 1962.
- Há indícios persistentes da presença de índios arredios.
- Não há nenhum indício de ocupação de "civilizados", a não ser o policiamento ameaçador e por vezes violento das "milícias" particulares que patrulham o rio Juruena.
- A Cotriguaçu Colonizadora doo Aripuanã Ltda. requereu certidão negativa da Funai em 1984, tendo seu pedido sido indeferido pela constatação da ocupação indígena no local.
- Os Apiacá encontram-se ameaçados, sofrendo pressões para se retirarem da área e os Rikbaktsa são impedidos de permanecerem pela milícia particular da Cotriguaçu.
- A situação caminha rapidamente para o conflito aberto se providências urgentes não forem tomadas para garantir o direito indígena.

1.3. NECESSIDADES DA AREA.

- 1- Encaminhamento ao Grupo de Trabalho Interministerial do processo referente à Area Indígena do Escondido, uma vez que a identificação da mesma já foi realizada em 1985.
- 2- Interdição da área e estabelecimento de uma frente de atração para contatar os índios arredios.

III. Considerações Gerais Sobre a Situação Rikbaktsa.

1.1. Saúde.

Nos últimos anos intensificaram-se as pressões da sociedade nacional sobre o território Rikbaktsa, ensejando um movimento de resistência e luta pelo reconhecimento legal e conservação de suas terras.

Obtiveram uma vitória parcial com o decreto de criação da área do Japuira. Porém, antes mesmo que essa vitória se complete ocorrem contínuas tentativas de anulá-la e impedir a demarcação da área. A área do Escondido por sua vez continua esquecida, seu processo "engavetado".

Os esforços despendidos nessa luta tem deixado suas marcas no povo Rikbaktsa. Perderam as roças feitas em 85 no Japuira, seu acesso aos recursos naturais da área do Escondido foi cortado pelas "patrulhas" da Cotriguaçu. Um bom número de homens dedicou-se, em momentos diversos nestes últimos dois anos, a tarefas de vigilância de limites e de negociações com a Funai e outros órgãos governamentais em Vilhena, em Cuiabá e Brasília, sem tempo para as roças a produção alimentar decaiu bastante.

Houve um incremento na produção e comercialização da arte plumária, possibilitando alguma reposição alimentar através de compras no mercado regional.

Porém o acesso à alimentação diminuiu de forma global e sua relativa substituição por alimentos industrializados (macarrão, bolachas, enlatados, etc.) foi negativa em termos nutricionais.

Como decorrência a população Rikbaktsa encontra-se com quase nenhuma resistência frente a doenças. Do final de 1986 até agora já ocorreram dois fortes surtos de doenças pulmonares (gripe, pneumonia, tuberculose, etc.) ocasionando várias mortes. Aumentaram os casos de malária e os casos de tuberculose se multiplicam. Boa parte da população está alternadamente doente. O aumento de doenças do aparelho respiratório costuma ocorrer na estação das chuvas. Porém, este ano, a incidência tem sido bem maior e as consequências mais graves.

O atendimento à saúde propiciado pela M.I.A. através das atendentes índias e das visitas irregulares de uma enfermeira; e o atendimento prestado pela Funai através da Equipe Volante de Saúde (só uma visita em 1986), tem se mostrado muito aquém das necessidades do grupo.

As atendentes indígenas, anteriormente treinadas pela Missão, há muito não são recicladas. Tem dificuldade para diagnosticar, avaliar a gravidade dos casos e definir tratamento adequado.

A Funai estabeleceu convênio com o Hospital São Geraldo em Juína, atendendo também na Casa do Índio em Vilhena. Quase todas as semanas o caminhão dos índios vai com doentes e volta com os que receberam alta, sem que se consiga extinguir o fluxo de novos doentes.

A M.I.A. deslocou para a área mais um missionário, para reorganizar as fichas médicas e realizar um levantamento sistemático da situação de saúde. Planeja além disso incorporar uma freira com formação em enfermagem no atendimento direto à saúde. Entretanto, isso talvez seja pouco diante de uma situação

que parece querer fugir ao controle.

A delegacia da Funai de Vilhena, por sugestão dos índios, havia programado a criação de um Núcleo de Apoio em Juína. Inicialmente para receber os índios e acompanhar seu tratamento no hospital, podendo também prestar serviços a outros grupos tribais da região, como os Cinta-Larga por exemplo. Infelizmente a proposta não foi concretizada, sendo descartada sua realização pelos escalões superiores do órgão, segundo alegam os funcionários de Vilhena.

Em que pese a boa vontade manifestada por alguns dos funcionários da Funai de Vilhena, esta delegacia se ressentida da falta de mais profissionais de saúde qualificados para atender satisfatoriamente todas as áreas indígenas sob sua jurisdição. No caso dos Rikbaktsa ocorre ainda um fator agravante: esse grupo recusa-se a permitir o estabelecimento de um posto indígena dentro de seu território. Alegam, com veracidade, que não necessitam de "brancos" interferindo na dinâmica interna do grupo, o qual tem a capacidade de se auto-governar.

Criaram em 1986 um Conselho de Representantes para o contato oficial com a Funai e reivindicam o direito de serem atendidos mesmo sem o P.I. na área. A Funai, por sua vez, argumenta que seu atendimento não pode ser completo dessa forma. Ela se vê impedida, por barreiras burocráticas, a liberar suprimento de fundos sem a existência de um P.I. Os índios propuseram então a criação de um Núcleo de Apoio e/ou uma Casa do Índio em Juína. Isso resolveria o problema alegado, apresentando ainda uma utilidade muito maior do que a formalidade de um posto na área. Entretanto, como relatamos anteriormente, a sugestão não está sendo efetivada.

1.2. Vias de Trânsito e Transporte dentro da área.

Com o repovoamento da área do Japuira e a pretendida retomada da área do Escondido, as necessidades de transporte aumentaram muito e tendem a crescer. Consequentemente os gastos com combustível para as voadeiras tem se tornado um peso crescente para os índios (a maior parte pago pelos usuários), para a Funai (que fornece uma cota mínima) e para a M.I.A. que passa a ser pressionada para aumentar sua ajuda.

Para o Japuira e Escondido não há outra solução por hora. Mas, na reserva antiga, de povoamento mais denso e movimentação maior há uma solução. Já existe cerca de 30 kms. de estrada dentro da área, hoje quase toda tomada pela mata de capoeira, entre a aldeia do Baranco Vermelho (no extremo sul) e a aldeia da Curva (logo depois das primeiras cachoeiras do Juruena). Os índios reivindicam ajuda do Polonoroeste (via Funai) para reabrir a estrada, encompridando-a até a aldeia Nova inicialmente e depois até o rio do Sangue. Acrescida da compra de uma balsa (capacidade para 10 ton.) e de um novo motor de centro para a lancha que possuem, permitiria o uso do caminho dentro da reserva substituindo com vantagem o transporte fluvial. Dessa

forma, economizaria combustível do pessoal do Japuira, que teria acesso ao caminho no rio do Sangue, possibilitando a diminuição das distâncias fluviais e o transporte de borracha, castanha, pessoas, etc. por terra, num veículo com capacidade de carga bem maior do que as voadeiras.

A Funai de Vilhena acatou com entusiasmo a idéia, mas insiste em que a estrada deve ser aberta inicialmente da aldeia do Barranco Vermelho até a estrada que liga Juína a Brasnorte e Cuiabá, atravessando duas fazendas e eliminando o uso da balsa.

Entretando é importante ponderar que o território Rikbaktsa é bastante cobiçado pelos regionais. Alguns anos atrás a prefeitura de Aripuanã, com o apoio de fazendeiros e políticos do Estado, já tentou fazer passar uma estrada dentro da área indígena, a partir de Fontanillas, sendo impedido no seu intento pela presteza da reação indígena.

Porém, mais do que a firmeza dos índios, o que tem preservado a área de invasões de porte é a dificuldade de acesso representada pelo rio Juruena e pela falta de estradas de ligação por via terrestre. Nesse contexto, a balsa e a reforma da lancha parecem ser a melhor solução, já que o acesso à área ficaria sob o controle dos Rikbaktsa.

1.3. Recomendações Gerais Sobre a Situação do povo Rikbaktsa e Necessidades da Reserva Indígena Rikbaktsa.

É imprescindível que se estabeleça uma estreita colaboração entre a Missão Anchieta e a Funai para enfrentar os graves problemas existentes na área de saúde. A Funai deve, nessa emergência, prestar todo o apoio à M.I.A. nesse sentido, deslocando a equipe da E.V.S. para a área com maior frequência e regularidade, acompanhando e secundando o trabalho da Missão. Esta, por sua vez, deve manter a Funai informada sobre o andamento da situação de forma a que seus serviços possam ser mais eficazes.

Seria recomendável que a Funai concretizasse a proposta dos Rikbaktsa da criação de, se não um Núcleo de Apoio, pelo menos de uma Casa do Índio em Juína. Além de solucionar o problema burocrático possibilitando um atendimento mais eficaz, criaria melhores condições para a estadia e acompanhamento dos índios em tratamento de saúde.

NECESSIDADES DA AREA:

- 1-Recuperação da estrada entre a aldeia do Barranco Vermelho e a aldeia da Curva. Abertura de estrada entre a aldeia da Curva e o rio do Sangue.
- 2- Aquisição de uma balsa (capacidade para 10 ton.).
- 3- Reforma da lancha e aquisição de um motor de centro para permitir a movimentação da balsa.
- 4- Criação de uma Casa do Índio em Juína.
- 5- Apoio mais efetivo e sistemático no atendimento á

saúde. Contratação de pessoal qualificado se necessário.
Visitas mais frequentes e regulares da E.V.S.
6- Concretização de todos os itens constantes das
programações anteriores do Polonoroeste.

IV. FONTES BIBLIOGRAFICAS.

- DORNSTAUDER, S.J. - "Como pacifiquei os Rikbaktsa". Instituto Anchieta de Pesquisas, Rio Grande do Sul, 1975.
- "Canoeiros: Antecedentes à Pacificação".
Não publicado.
- "Cavaib: índios vespas." Não publicado.
- "Diário das Expedições". Não publicado.
- HAHN, Robert A. - " Rikbaktsa Categories of Social Relations; an Epistemological Analysis". Tese de Doutorado. Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 1976.
- SCHULTZ, Harald. - " Informações Etnográficas sobre os Erigpagtsá (Canoeiros) do Alto Juruena". Revista do Museu Paulista, volume 15, 1964.
- CRISTINAT, Jean Louis - "Notes sur les Indiens Canoeiro (Erigpagtsa) pour le Conselho Nacional de Proteção ao Índio. Não publicado.
- TOLKENDORF, Fritz - "Diário de Viagem: resumo de meus apontamentos do diário de minha vida entre os Canoeiros (Erigpagtsa), no rio Juruena - Mato Grosso , 1959-1960". Não publicado.
- HOLANDA, Adalberto Pereira - "Heróis do Juruena". (mimeo)
- ARRUDA, Rinaldo - "A Luta por Japuira". Em ACONTECEU Especial 17 - Povos Indígenas do Brasil -85/86. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), São Paulo, 1987.
- Relatório III, vol. II, MINTER/SUDECO/FIPE, Jun/Dez 1983.
-Relatório Antropológico sobre o grupo indígena Rikbaktsa - Proposta de Definição da Area Indígena do Japuira e da Area Indígena do Escondido. FUNAI, julho de 1985.
- Relatório de Viagem do Grupo de Trabalho para identificação da Area Indígena do Japuira e do Escondido. FUNAI, junho de 1985.
-Relatório de Avaliação das Areas Indígenas Iranche, Utiariti, Tirecatinga e Rikbaktsa - MINTER/SUDECO/FIPE , dez.85.
-Relatório sobre a situação das Areas Indígenas Rikbaktsa, Kayabi, Apiacá e Enauené-Nauê. MINTER/SUDECO/FIPE, jul.1986.

-RELATORIOS DA MISSAO ANCHIETA - 1969/1984

-RELATORIOS DO SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTIC - 1963/1977.

-ARQUIVOS DA FUNAI.

*** ** ***

Rinaldo Sérgio Vieira Arruda.

São Paulo, 6 de maio de 1987.